



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

TERMO DE CONTRATO RDC Nº 001/2022

TERMO DE CONTRATO RDC Nº 001/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE ALAGOAS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A EMPRESA CONSÓRCIO HOSPITAL ARAPIRACA.

CONTRATANTE: O Estado de Alagoas, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, inscrita (o) no CNPJ sob o nº 12.200.259/0001-65 e com sede na Avenida da Paz, 978, bairro Jaraguá, Maceió/AL, CEP: 57.022-050, representado (a) pelo Secretário de Estado Sr. **CLÁUDIO ALEXANDRE AYRES DA COSTA**, portador do RG nº 000098001379195 SSP/AL, inscrito no CPF nº 010.449.924-92, conforme autorização governamental publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 29 de dezembro de 2021.

CONTRATADA: **CONSÓRCIO HOSPITAL ARAPIRACA**, CNPJ sob o nº 45.034.602/0001-06, constituído entre as empresas **ENGENHARIA DE MATERIAS LTDA**, líder do consórcio, com sede na Rua Hamilton de Barros Soutinho, 797 - Jatiúca, Maceió - AL, 57.035-690, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 41.157.967/0001-69, representada por seu administrador não sócio **VIRGÍLIO VILAR BRASILEIRO**, nascido em 02/01/1962, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 379.797.954-15, portador de cédula de identidade de nº 479.089 – SSP/PB, empresa **UCHÔA CONTRUÇÕES LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 09.276.767/0001-12, com sede Av. Dona Constança de Góes Monteiro, 167 - Poço, CEP: 57.036-540 Maceió / AL, neste ato representada por seu sócio de administrador, Sr. **Rodrigo Gloor Uchôa Lopes**, brasileiro, solteiro, empresário, Carteira de Identidade nº 15.898.166 - Órgão Expedidor SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 070.864.194-60, empresa **TELESIL ENGENHARIA LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 01.637.593/0001-64, com sede na rua Jangadeiros Alagoanos, 1188 – sala 801, Pajuçara, Maceió - AL, CEP: 57.030-000, neste ato representada por seu sócio de administrador **Alfredo Guttemberg de Mendonça Breda**, brasileiro, casado, engenheiro civil, Carteira de Identidade nº 274.461 Órgão Expedidor SEDS/AL, inscrito no CPF/MF sob o nº 445.652.084-15, e empresa **CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO – ARCLIMA** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 30.679.267/0001-18, com sede na Av. Fernando Simões Barbosa, nº 558, sala 202, Edif. Emp. Aldja Vasconcelos, Boa Viagem, Recife – PE, CEP: 51021-060, neste ato representada por seu Diretor Presidente **Péricles de Assis Pessoa Filho**, brasileiro, casado, empresário e engenheiro eletricitista, Carteira de Identidade nº 2677.765 Órgão Expedidor SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 398.308.454-00.

CLAUDIO
ALEXANDRE
AYRES DA
COSTA:01044992
492

Assinado de forma
digital por CLAUDIO
ALEXANDRE AYRES DA
COSTA:01044992492
Dados: 2022.01.27
16:24:03 -03'00"



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº E:02000.0000005215/2021, inclusive Parecer PGE- PLIC SEINFRA Nº 308/2021 (doc. SEI nº 9288388) , aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº 9338598 (doc. SEI nº 9338598), e PGE-GAB nº 4604/2021 9 (doc. SEI nº 9371175), e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO INTEGRADA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO DO AGRESTE NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, COMPLEMENTARES**, e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao instrumento convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao instrumento convocatório do RDC (Eletrônico) nº 05/2021 e seus anexos e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA-VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência é de 35 (trinta e cinco) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.3. O prazo de execução dos serviços é de 21 (vinte um) meses consecutivos, contados do recebimento da Ordem Inicial de Serviço, observado o cronograma fixado no Projeto Básico/Termo de Referência. A emissão das Ordens de Serviço está condicionada à existência de disponibilidade financeira.

2.4. A eventual reprovação das obras e serviços, em qualquer fase de execução, não implicará alteração do prazo, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

2.4.1. É proibido o retardamento imotivado da execução das obras ou serviços, ou de suas parcelas, salvo em razão de insuficiência financeira ou de comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado do ordenador de despesas, mediante notificação à Contratada e publicação da respectiva Ordem de Paralisação no Diário Oficial do Estado.

2.5. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato, formalizada por meio de termo aditivo, será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

CLAUDIO
ALEXANDRE
AYRES DA
COSTA:0104499
2492

Assinado de forma digital por CLAUDIO ALEXANDRE AYRES DA COSTA:01044992492
Dados: 2022.01.27 16:24:25 -03'00'

2



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 169.477.710,87 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dez reais e oitenta e sete centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, com base no Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, afetadas exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cuja execução se dê a partir daquele interregno em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da contratada. O valor do reajustamento será determinado através da utilização da seguinte fórmula:

$$R = V \times II - Io/Io$$

Onde:

R- reajustamento procurado;

V- Valor contratual das obras/serviços a ser reajustado;

II – Índice relativo ao mês de aniversário da proposta;

Io – Índice correspondente ao mês de apresentação da proposta.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da SESAU, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 27524 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	UNIDADE GESTORA: 510524 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
PROGRAMA DE TRABALHO: 10.302.0205.3490 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	
PLANO ORÇAMENTARIO: 0556 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO DO AGRESTE	
FONTE: 0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	



ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

GRUPO: 91

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 dias úteis, contados da data da apresentação da MEDIÇÃO, referente ao período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art.40, Inc. XIV, Letra “a”, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

5.4.1. Ao final de cada mês da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.4.2. Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

5.5. A Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas.

5.6. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

5.7. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

5.8. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.

5.9. O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

5.9.1. Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

Fornecedores -SICAF;

5.9.2. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.10. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.

5.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.12. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.12.1. Não produziu os resultados acordados;

5.12.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.12.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

5.15. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado, conforme exigido no instrumento convocatório; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas –CNDT;

5.16. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, junto ao SICAF ou através da análise da documentação entregue na forma dos itens 5.9.1, 5.9.2 e 5.15, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 10 dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC

Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.18. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação jurídico-fiscal-trabalhista.

5.20. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada em situação irregular jurídico-fiscal-trabalhista.

5.21. A renovação, durante a vigência do contrato, a cada 6 meses, da Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ou do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, e do número de contratação de jovens aprendizes, é condição do pagamento.

5.21.1 Ficam liberadas de renovar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.21.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

5.21.3 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.21.4 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

6 CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1.A CONTRATADA, antes da ordem de serviço, prestará garantia no valor, correspondente a 5 % (cinco por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no instrumento convocatório.

6.2.A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 03 meses após o término da vigência contratual.

6.3.A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.3.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.3.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC

Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

- execução do contrato;
- 6.3.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
- 6.3.4. Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
- 6.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.
- 6.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, através dos dados bancários, em nome da Secretaria de Estado da Saúde, com correção monetária.
- 6.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 6.7. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
- 6.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 6.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 6.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.11. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 6.11.1. Caso fortuito ou força maior;
- 6.11.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- 6.11.3. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
- 6.11.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- 6.12. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.
- 6.13. Será considerada extinta a garantia:
- 6.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 6.13.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistro.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

7.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.10.1. “As built”, elaborado pelo responsável por sua execução;

8.10.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.10.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.10.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

8.10.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.10.6. A reparação dos vícios verificados, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, bem como na sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual -EPI;
- 9.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades contratadas;
- 9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.9. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento contratual;
- 9.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 9.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do empreendimento;
- 9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.15. Renovar, durante a vigência do contrato, a cada 6 meses, a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, acompanhada da última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ou do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e social, e do número de contratação de jovens aprendizes;
- 9.15.1. Ficam liberadas de renovar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC

Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

9.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.26. Providenciar junto ao CREA, CAU-BR e/ou CRT as Anotações, Registros e Termos de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes;

9.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico/Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.29. Assegurar à CONTRATANTE:

9.29.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.29.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC

Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

- 9.30. Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o Projeto Básico/Termo de Referência e este Contrato, no prazo determinado.
- 9.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.32. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico/Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.
- 9.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 9.36. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico/Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 9.37. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 9.38. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado, conforme exigido no instrumento convocatório; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.39. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

dimensionamento da proposta.

9.40. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico/Termo de Referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. CLÁUSULA DEZ – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não mantiver a proposta;

11.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

11.1.8. Obtiver vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

11.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

11.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. CLÁUSULA DOZE – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

12.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de contratação integrada.

12.4. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato.

13. CLÁUSULA TREZE – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 vias de



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC

Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

14.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

14.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

14.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 dias anteriores à exaustão do prazo.

14.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15. CLÁUSULA QUINZE – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula Onze.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações em multas.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Do Estado de Alagoas.

CLAUDIO
ALEXANDRE AYRES
DA
COSTA:01044992492

Assinado de forma digital
por CLAUDIO ALEXANDRE
AYRES DA
COSTA:01044992492
Dados: 2022.01.27
16:27:49 -03'00'



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
COMISSÃO ESPECIAL DE RDC
Rua Cincinato Pinto, 530, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.020-050
Fone: (82) 3315-3780 - CNPJ: 02.210.303/0001-64

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Maceió –AL.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Maceió (AL), em de de 2022.
Assinado de forma digital por CLAUDIO
CLAUDIO ALEXANDRE AYRES ALEXANDRE AYRES DA
DA COSTA:01044992492 COSTA:01044992492
Dados: 2022.01.27 16:28:24 -03'00'

CLÁUDIO ALEXANDRE AYRES DA COSTA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONTRATANTE

VIRGILIO VILAR
BRASILEIRO:
37979795415

Assinado digitalmente por VIRGILIO VILAR BRASILEIRO:37979795415
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=0889713000162, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3,
CN=VIRGILIO VILAR BRASILEIRO:37979795415
Resado: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022-01-27 15:28:59
Font Reader Versão: 9.2.0

VIRGÍLIO VILAR BRASILEIRO
CONSÓRCIO HOSPITAL ARAPIRACA
ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA
EMPRESA LÍDER
CONTRATADA

TESTEMUNHA: ELISANGELA CAMILO Assinado de forma digital por
CPF N°: FERNANDEZ:088558954 ELISANGELA CAMILO
86 FERNANDEZ:08855895486
Dados: 2022.01.27 16:29:01 -03'00'

TESTEMUNHA: MAGDA CRISTINA LIMA DE Assinado de forma digital por MAGDA
CPF N°: OMENA CRISTINA LIMA DE OMENA
SAMPAIO:80335098487 SAMPAIO:80335098487
Dados: 2022.01.27 16:49:04 -03'00'

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DA RECEITA ESTADUAL
GERÊNCIA DE CADASTRO

EDITAL GECAD Nº 084/2022

A GERENTE DE CADASTRO, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e o que consta no MEMO GSN Nº 014/2022, da Gerência do Simples Nacional, e

Considerando que a empresa não atualizou /incluiu os dados do contabilista responsável,

RESOLVE:

Nos termos do art. 32, inciso I, alínea “c” do Decreto 3.481/2006, excluir do Edital GECAD Nº 416/2021, o contribuinte identificado a seguir, por ter sanado as causas que ensejaram sua suspensão no Cadastro de Contribuinte do Estado de Alagoas;

Convocar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, para atualizar os dados do contabilista responsável. Findo o prazo determinado, se assim não proceder terá sua inscrição estadual tornada INAPTA através da publicação de ato próprio no Diário Oficial do Estado, tudo em conformidade com os §§ 3º e 4º do art. 24 do Decreto nº 3.481 de 16 de novembro de 2006, combinado com art. 49, XIV, Instrução Normativa SEF Nº 17/2007,.

RAZÃO SOCIAL: MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA 12274093466
CACEAL: 24481148-2
EDITAL GECAD Nº 416/2021
PROCESSO E:01500.000006736/2021

Maceió, 28 de Janeiro de 2022

TELMA MARIA DE LIMA LÔBO
Gerente de Cadastro - GECAD

Protocolo 635850

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DA RECEITA ESTADUAL

EMENTA SURE Nº. 03/2022

O SUPERINTENDENTE ESPECIAL DA RECEITA ESTADUAL, em conformidade com o art. 59, p. único, da Lei 6.771/06, combinado com o art. 63, VIII, do Decreto 68.902/2020, e art. 210 do Decreto 25.370/2013, homologou a solução do parecer elaborado pela Gerência de Tributação referente à consulta fiscal formulada no processo abaixo:

PROCESSO. Nº: 01500-000044631/2021
INTERESSADO: GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO REGIONAL
PARECER: GTR Nº 017/2022

EMENTA: Consulta Fiscal Interna. 1. Dada a omissão na legislação do processo administrativo tributário estadual, indagação sobre quais procedimentos devem ser adotados em relação à recepção e protocolo de petições e requerimentos enviados à SEFAZ via Empresa de Correios e Telégrafos - ECT com Aviso de Recebimento - AR, por contribuintes situados em outras unidades da federação. 2. A recepção e o protocolo de petições ou requerimentos administrativos não devem ser confundidos com o juízo de sua admissibilidade ou acolhimento que deve ser realizado pela autoridade competente para o procedimento. 3. De acordo como o art. 10 do Regulamento do PAT/AL (Decreto nº 25.370/2013), a administração fazendária não pode recusar o recebimento ou a protocolização de requerimentos ou petições. 4. O art. 12 do Regulamento do PAT não deve ser interpretado de forma literal, sob pena de inviabilizar a recepção ou protocolo de todo tipo de requerimento ou petição de contribuintes situados em outros Estados. 5. Omissões formais na legislação estadual devem ser superadas em favor dos contribuintes, em homenagem ao direito de petição e de defesa. 6. O princípio da instrumentalidade das formas que rege os atos, os procedimentos e os processos administrativos, orienta que as irregularidades formais devem ser superadas quando não haja prejuízo para as partes e os fins almejados com a prática dos atos sejam alcançados. 7. Orientação no sentido de que, até que a matéria seja disciplinada pela SEFAZ, as petições e requerimentos enviados pelos Correios sejam normalmente recepcionados, devendo o protocolo ser realizado na mesma data de recebimento da documentação na SEFAZ e, não sendo isso possível, na data de recebimento interno pelo setor de protocolo.

SUPERINTENDENCIA ESPECIAL DA RECEITA ESTADUAL, em Maceió, 26 de Janeiro de 2022.

FRANCISCO LUIZ SURUAGY MOTTA CAVALCANTI
Superintendente Especial da Receita Estadual

Protocolo 635852

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

SÚMULA

CONTRATO RDC Nº 001/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E:02000.0000005215/2021
Das Partes: - ESTADO DE ALAGOAS / SECRETARIA DE ESTADO DA
SAÚDE – SESAU

Avenida da Paz, 978, Bairro Jaraguá, Maceió / AL

CNPJ:12.200.259/0001-65

- CONSÓRCIO HOSPITAL ARAPIRACA

CNPJ: 45.034.602/0001-06

- Empresas vencedoras: ENGENHARIA DE MATERIAS LTDA, líder do consórcio, inscrita no CNPJ nº 41.157.967/0001-69, UCHÔA CONTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.276.767/0001-12, TELESIL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.637.593/0001-64, e empresa CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO – ARCLIMA, inscrita no CNPJ nº 30.679.267/0001-18.

Do Objeto: Contratação Integrada para elaboração dos projetos executivos e execução das obras de construção do hospital metropolitano do agreste no município de Arapiraca/AL, conforme especificações constantes no projeto básico, complementares.

Do Valor: R\$ 169.477.710,87 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dez reais e oitenta e sete centavos).

Da Dotação: Unidade Orçamentária: 27524 – Fundo Estadual de Saúde Unidade Gestora: 510524 – Fundo Estadual de Saúde Programa de Trabalho: 10.302.0205.3490 – Construção de Unidades de Saúde Plano Orçamentário: 0556 - Construção do Hospital Metropolitano do Agreste Fonte: 0100 - Recursos Ordinários, Elemento de Despesa: 44.90.51, Obras e Instalações Grupo: 91.

Do Prazo: O prazo de vigência é de 35 (trinta e cinco) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado; O prazo de execução dos serviços é de 21 (vinte um) meses consecutivos, contados do recebimento da Ordem Inicial de Serviço.

Da Data: 27.01.2022

Dos Signatários: Cláudio Alexandre Ayres da Costa - CPF: 010.449.924-92
Virgílio Vilar Brasileiro - CPF: 379.797.954-15,

* AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: DOE/AL de 29.12.2021

**Secretaria de Estado do Transporte
e Desenvolvimento Urbano**

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO
Nº 02/2021 – CPL/SETRAND-DER/AL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E: 35032.0000002037/2021

CONTRATANTE: O Estado de Alagoas, por intermédio da Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano – SETRAND

CONTRATADA: FP CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO CONTRATUAL: Implantação e pavimentação do acesso ao distrito Porangaba, localizado no Município de Atalaia/AL

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O prazo final da vigência contratual que antes se encerraria em 31/01/2022 é prorrogado por mais 210 (duzentos e dez dias) dias, portanto, a nova data limite para a vigência do contrato após a prorrogação é o dia 29/08/2022. O prazo final de execução da obra que antes se encerraria em 18/01/2022 é prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, logo, a nova data limite para execução da obra após a prorrogação é o dia 18/05/2022

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este procedimento tem fundamento legal, na forma do art.57, §1º, II e §2º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e na disposição expressa do artigo 2.5 do instrumento contratual.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS -
AMGESP

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato RDC Nº 1/2022. Processo Administrativo Nº E:02000.0000005215/2021 - Das Partes: - Estado de Alagoas / Secretaria de Estado da Saúde - SESAU - Avenida da Paz, 978, Bairro Jaraguá, Maceió / AL - CNPJ:12.200.259/0001-65 - CONSÓRCIO HOSPITAL ARAPIRACA - CNPJ: 45.034.602/0001-06 - Empresas vencedoras: ENGENHARIA DE MATERIAS LTDA, líder do consórcio, inscrita no CNPJ nº 41.157.967/0001-69, UCHÔA CONTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.276.767/0001-12, TELESIL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.637.593/0001-64, e empresa CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO - ARCLIMA, inscrita no CNPJ nº 30.679.267/0001-18. Do Objeto: Contratação Integrada para elaboração dos projetos executivos e execução das obras de construção do hospital metropolitano do agreste no município de Arapiraca/AL, conforme especificações constantes no projeto básico, complementares. Do Valor: R\$ 169.477.710,87 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dez reais e oitenta e sete centavos). Da Dotação: Unidade Orçamentária: 27524 - Fundo Estadual de Saúde Unidade Gestora: 510524 - Fundo Estadual de Saúde Programa de Trabalho: 10.302.0205.3490 - Construção de Unidades de Saúde Plano Orçamentário: 0556 - Construção do Hospital Metropolitano do Agreste Fonte: 0100 - Recursos Ordinários, Elemento de Despesa: 44.90.51, Obras e Instalações Grupo: 91. Do Prazo: O prazo de vigência é de 35 (trinta e cinco) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado; O prazo de execução dos serviços é de 21 (vinte um) meses consecutivos, contados do recebimento da Ordem Inicial de Serviço. Da Data: 27.01.2022 - Dos Signatários: Cláudio Alexandre Ayres da Costa - CPF: 010.449.924-92 - Virgílio Vilar Brasileiro - CPF: 379.797.954-15, * AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: DOE/AL de 29.12.2021.

AVISO DE LICITAÇÃO
AMGESP Nº 24/2022 - DOE E DOU

Processo: 2000-5227/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 10.039/2022; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Aquisição de cadeiras de banho; Data de realização: 17 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 2000-15744/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 10.040/2022; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Aquisição de mobiliários; Data de realização: 15 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 2000-12775/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 10.041/2022; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Aquisição de microscópio; Data de realização: 17 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 1500-36012/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 10.042/2022; Tipo: Menor preço por lote; Objeto: Aquisição de infraestrutura de TI Hiperconvergente; Data de realização: 18 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 2000-4937/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 10.043/2022; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material de cozinha; Data de realização: 18 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 4105-021/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 12.260/2021; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material e equipamento hospitalar - PLS 004/2021; Data de realização: 17 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 2000-4261/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 12.659/2021; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Aquisição de instrumentais; Data de realização: 14 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Processo: 2000-18319/2021; Modalidade: Pregão Eletrônico nº AMGESP - 10.798/2021; Tipo: Menor preço por item; Objeto: Aquisição de equipamento para armazenamento de imunobiológicos; Data de realização: 15 de fevereiro de 2022, às 09:00h, horário de Brasília.
Disponibilidade: Endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br; UASG: 925998; Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF Informações: Fone: 82 3315-1876/ 3092.

Maceió, 28 de janeiro de 2022.
MANUELA DE BRITTO MALTA CAVALCANTI
Assessora da Superintendência de Licitação e Controle de
Registro de Preços

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO AMAPÁ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 6/2021-CPL/SETRAP/GEA

Objeto: Construção e Pavimentação do Ramal de Ligação entre a Rodovia Estadual AP-070 e a Rodovia Federal BR 210/156/AP, no Município de Macapá-AP.
Processo nº 60000070-SETRAP.

A Secretaria de Estado de Transportes do Amapá, representada pelo Senhor Secretário de Estado de Transportes, decide homologar o resultado da referida Concorrência Pública nº 6/2021-CPL/SETRAP, sugere a adjudicação do objeto à empresa CONSTRUTORA E REFLORESTADORA RIO PEDREIRA LTDA, CNPJ Nº 05.696.802/0001-00, no valor de R\$ 15.291.088,13 (quinze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitenta e oito reais e treze centavos).

Macapá-AP, 25 de janeiro de 2022.
JOSÉ RONALDO MOTA RACHID
Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2019-UGPE. PARTES: UGPE e a FM INDÚSTRIA GRÁFICA E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. DATA DA ASSINATURA: 27/01/2022. OBJETO: Readequação da planilha orçamentária do Contrato nº 013/2019-UGPE, sem impacto financeiro ao contrato, consoante justificativa apresentada pela Comissão de Fiscalização. FUNDAMENTO: Processo Administrativo SIGED nº 01.01.025103.00000032/2022-54-UGPE e Parecer Jurídico nº 009/2022-SSJURI/UGPE.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 1/2022

Tipo - técnica e preço -. Abertura: 18/02/2022 às 10h:00 - Órgão interessado: SECULT - BA. Local: Praça Thomé de Souza, s/n, Palácio Rio Branco, Centro, Salvador, BA OBJETO: Capacitação de Pessoal - FAMÍLIA: 03.32. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos, gratuitamente, à Praça Thomé de Souza, S/N, Palácio Rio Branco, Centro, Salvador-Bahia, telefones (71) 3103-3429/30, das 08h:30min. às 17h:00min, ou pela Internet www.comprasnet.ba.gov.br.

Salvador, 27 de janeiro de 2022
VIENA PASSOS GARCIA
Presidente da Comissão

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, situada na Av. Luiz Viana Filho, 250, Av. II, Conjunto SEPLAN - CAB comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 19/2021, que tem por objeto a Aquisição de Diversos Veículos, fica remarcada a sessão de abertura para o dia 17/02/2022 às 15hs, Horário de Brasília. O Edital encontra-se a disposição nos sites: www.car.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Salvador, 28 de janeiro de 2022.
BÁRBARA REGINA CASTRO SANTIAGO
Pregoeira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO/SEDUR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA
BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 1/22 - CONDER

Abertura: 21/02/2022, às 09h:30m. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL DAS AVENIDAS SEVERINO VIEIRA E JOANA ANGÉLICA E DA RUA ANTÔNIO CONSELHEIRO, NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA - BAHIA. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (<http://www.conder.ba.gov.br>) no campo licitações, a partir do dia 31/01/2022.

LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 2/22 - CONDER

Abertura: 21/02/2022, às 14h:30m. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ANDORINHA - BAHIA. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (<http://www.conder.ba.gov.br>) no campo licitações, a partir do dia 31/01/2022.

Salvador - BA, 28 de janeiro de 2022.
JANILTON SANTOS PEREIRA.
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA- SEINFRA

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 4-CT011-2022/SEINFRA

PROCESSO N.º 024.2058.2021.0004777-50. Concorrência nº 037/2021. CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA / SIT. CONTRATADA: SETEL CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: A Construção do Semi anel Rodoviário de Irecê, no segmento que ligará as rodovias BA-148, BA-432 e BA-052, com extensão de 7,30 km. VALOR: R\$13.743.103,39. PRAZO: 450 dias. P/A/OE: 3980. NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.51. DESTINAÇÃO DE RECURSOS: 0.146.000000. DATA DA ASSINATURA: 24/01/2022.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E SANEAMENTO DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Nº 2021027
Extrato do Contrato nº 003/2022 - AFM 220008. Processo SEI nº 039.0786.2021.0002641-22. Partes: CERB e ALDENER GONÇALVES DE OLIVEIRA EPP. Material: Tubo de Aço Preto com Costura. Fundamento: Pregão Nº 2021027. Valor: R2.497.996,80. Prazo: 30/60/90/120 dias.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CASA CIVIL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20212453

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20212453 de interesse da Secretaria da Saúde - SESA, cujo OBJETO é: Serviço de manutenção preventiva e corretiva, em aparelhos de ar-condicionado, com cobertura total de peças e acessórios, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 24532021, até o dia 15/02/2022, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza, 27 de Janeiro de 2022
CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20212325

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20212325 de interesse da Secretaria da Saúde - SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais serviços de impressos padronizados (Capa e contracapa de prontuário médico, pastas com orelhas, janela e bolso, pastas com janela e bolso e adesivo para visitante), por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 23252021, até o dia 15/02/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza, 27 de Janeiro de 2022
CIRIACO BARBOSA DAMASCENO NETO
Pregoeiro





Praia do Toque: um destino premiado

Integrante da Rota Ecológica no município de São Miguel dos Milagres, esse lugar paradisíaco se destaca até no exterior

CLAUDIO BULGARELLI
SUCURSAL REGIÃO NORTE

Continuamos nosso roteiro de verão, chegamos na famosa Rota Ecológica. E que por lá, no mínimo há 10 anos, a praia do Toque, em São Miguel dos Milagres, continua sendo a mais premiada e procurada da Rota Ecológica. Em 2009 foi eleita como a terceira praia mais bonita do Brasil, em pesquisa publicada pelo jornal inglês "The Guardian", que divulgou uma lista das dez praias mais bonitas do país, escolhidas por 'experts' no assunto, entre os quais jornalistas e pessoas ligadas ao turismo tanto no Brasil quanto no exterior.

Já em 2015 foi escolhida pelo jornalista e publicitário Ricardo Freire, um dos maiores especialistas em destinos turísticos do país, como a mais bela do Nordeste. Em outubro de 2019 reportagem publicada por revistas do grupo Globo, entre 10 personalidades brasileiras, foi indicada como um dos dez melhores destinos para se conhecer no Brasil. Em 2020 ganhou o Traveler's Choice como a melhor praia pelo TripAdvisor, em votação aberta por turistas

de todo o Brasil. E em 2021 voltou a ganhar destaque, sempre no TripAdvisor, como os 10 melhores destinos de praia do Nordeste.

Estamos falando da praia do Toque, em São Miguel dos Milagres, já acostumada com essas premiações. A praia do Toque, apesar de ser bem parecida com suas vizinhas; Porto da Rua, São Miguel e Riacho; todas em São Miguel dos Milagres, ainda assim é uma praia diferenciada, porque possui as piscinas naturais mais belas da Rota Ecológica, é reduto de pousadas de charme e escolhida por pessoas famosas para férias de fim ano.

ROTA ECOLÓGICA

É que toda a Rota Ecológica, a Praia do Toque é uma das mais apreciadas. Há quem se instale ali diretamente do aeroporto Zumbi dos Palmares e só sai para tomar o rumo de casa. A seu favor a beleza estonteante das piscinas naturais a apenas um quilômetro da praia e a infraestrutura impecável de algumas pousadas, que aliam charme e conforto com a informalidade que o número reduzido de bangalôs permite.

Como há pouco o que fazer por ali além de ser feliz e ver as horas passarem,



CLAUDIO BULGARELLI

as pousadas investiram em gastronomia. Do café da manhã com tapioca recheada com queijo de coalho, iogurte natural caseiro,

pães integrais assados na madrugada e sucos diversos, passando pelo recheado cardápio de bondades, com camarão, lagostim, escondi-

dinho de macaxeira e tantas outras delícias, a praia do Toque vai se apresentando e fama se espalhando como areia fina.

Praia do Toque continua sendo a preferida em São Miguel dos Milagres, no Litoral Norte de Alagoas

PUBLICIDADE LEGAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE INHAPI - AL. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÃO SINDICAL

Pelo presente Edital de Convocação o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Inhapi, convoca todos os associados para participarem da ELEIÇÃO SINDICAL para composição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Suplentes, que será realizada no dia 28 de fevereiro de 2022 das 08:00 hs às 15:00 hs, com TRÊS (03) URNAS eleitorais, que funcionarão na sede do referido sindicato, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 59, Centro de inhapi-AL. O Registro de Chapa será apresentado na Secretaria Geral do Sindicato no horário das 08:00 às 17:00 horas no período de 29/01/2022 a 12/02/2022; Data de escolha da Comissão Eleitoral: 13 de fevereiro de 2022. Prazo para os associados estarem em dias: 28/01/2022. O Edital de Convocação encontra-se afixado na sede do sindicato e em órgãos públicos. Inhapi/AL, 28 de Janeiro de 2022. Manoel Feliciano da Silva - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER - N.º 16/2022 UASG Nº 926703
Processo nº: 6700.083507.2021.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Água Mineral sem gás.
Total de Itens Licitados: 06.
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 01/02/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h às 17h30.
Endereços: Av. da Paz, n.º 900, Jaraguá, Maceió/AL - CEP 57.022-050, ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou <http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/>
Entrega das Propostas: A partir de 01/02/2022 às 08h00 no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
Abertura das Propostas: 11/02/2022 às 10h00 (horário de Brasília) no site <http://www.comprasnet.gov.br/>
Maceió/AL, 28 de janeiro de 2022.
Edsângela Gabriel Peixoto Bezerra
Pregoeira - CPL/ARSER

PLANO DIRETOR

Sedetur investe no projeto para as cidades turísticas

Com foco no ordenamento e desenvolvimento territorial, o Governo de Alagoas, através da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur), está investindo na elaboração de planos diretores das principais cidades turísticas do estado. Dois

deles, Porto de Pedras e Paripueira - que estão localizados na Área de Preservação Ambiental (APA) Costa dos Corais, já estão em fase de execução.

Já os municípios de Japatinga, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe e São Miguel dos Milagres

estão com convênios celebrados na Sedetur e aguardam a tramitação do processo de licitação das empresas responsáveis para iniciar os estudos técnicos.

O planejamento territorial define o melhor modo de ocupar uma região, prevendo os pontos onde se localizarão atividades e todos os usos do espaço, convertendo os espaços da cidade em benefício para todos, além de garantir condições para financiar o

desenvolvimento municipal e viabilizar a utilização dos recursos disponíveis de forma democrática e sustentável.

De acordo com o secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo, Marcius Beltrão, o plano diretor assegura que os investimentos públicos sejam otimizados.

"É uma satisfação muito grande para o Governo de Alagoas poder contribuir para a organização de cada município do estado.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO torna público aos interessados a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico - SRP de Nº 009/2022, do tipo menor preço por item. Objeto: registro de preços para aquisição e fornecimento parcelado de cimento para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e urbanismo do município de porto real do colégio/al. Data/Hora: 10 de fevereiro de 2022, às 09h00min. O edital do processo encontra-se a disposição dos interessados na sala da CPL, no horário de 08h00min às 12h00min. Site: Rua São José, S/N, Centro, Porto Real do Colégio - AL. (82) 3553-1317 - licitacao.portoreal@gmail.com ou no endereço eletrônico: <http://www.portorealcolégio.al.gov.br>.

Porto Real do Colégio/AL, 28 de janeiro de 2022.
Priscila Souza Moura - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

AVISOS DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022.

OBJETO: Obras de Engenharia - REFORMA DO CMEI Professor Deraldo Campos, no município de Rio Largo/AL. Abertura: 17/02/2022 às 09h00minhs. Local: Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações. DISPONIBILIDADE DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 17h00min. E-mail: licitariolargo@gmail.com. Rio Largo/AL, 28 de Janeiro de 2022.
Fátima Larissa Marques de Omena - Presidente

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022.

OBJETO: Obras de Engenharia - REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JUDITH PAIVA, no município de Rio Largo/AL. Abertura: 08/03/2022 às 09h00minhs. Local: Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações. DISPONIBILIDADE DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 17h00min. E-mail: licitariolargo@gmail.com. Rio Largo/AL, 28 de Janeiro de 2022.
Fátima Larissa Marques de Omena - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2021.

OBJETO: Obras de Engenharia - REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL EMERALDA FIGUEIREDO, no município de Rio Largo/AL. Abertura: 08/03/2022 às 09h00minhs. Local: Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações. DISPONIBILIDADE DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 17h00min. E-mail: licitariolargo@gmail.com. Rio Largo, 28 de Janeiro de 2022.
Fátima Larissa Marques de Omena - Presidente

MUNICÍPIO DE IGACI

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022

MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de material permanente e equipamentos de informática, com exclusividade de lotes para ME/EPP. DATA: 11 de fevereiro de 2022 às 08h30min. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site <http://www.bnc.org.br> e pelo site: www.igaci.al.gov.br.

Igaci/AL, 28 de janeiro de 2022.
Valdelania dos Anjos Souza
Pregoeira.

PUBLICIDADE LEGAL

Edital para convocação de pleito eleitoral e formação de comissão eleitoral.

Aos 30 dias do mês de dezembro de 2022, a diretoria da Colônia de Pescadores Z-20 do Município de Pão de Açúcar, no uso de suas atribuições que lhe confere o seu Estatuto Social, convoca todos os filiados em dia com as suas obrigações para a Assembleia Geral que acontecerá no dia 15 de Fevereiro de 2022, na sede da Colônia Z-20, localizada na av. Maestro Manoelito Bezerra lima nº sn- Pão de Açúcar - alagoas, com a seguinte ordem do dia, às 09:00AM, com fito de convocação de pleito eleitoral e formação de comissão eleitoral.

Genivaldo Bezerra
Presidente da colônia de pescadores z-20

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

SÚMULA

CONTRATO RDC Nº 001/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E:02000.0000005215/2021

Das Partes: - ESTADO DE ALAGOAS / SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

Avenida da Paz, 978, Bairro Jaraguá, Maceió / AL
CNPJ: 12.200.259/0001-65

- CONSÓRCIO HOSPITALARAPIRACA

CNPJ: 45.034.602/0001-06

- Empresas vencedoras: ENGENHARIA DE MATERIAS LTDA, líder do consórcio, inscrita no CNPJ nº 09.276.767/0001-12, TELESIL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.637.593/0001-64, e empresa CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO - ARCLIMA, inscrita no CNPJ nº 30.679.267/0001-18.

Do Objeto: Contratação Integrada para elaboração dos projetos executivos e execução das obras de construção do hospital metropolitano do agreste no município de Arapiraca/AL, conforme especificações constantes no projeto básico, complementares.

Do Valor: R\$ 169.477.710,87 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e dez reais e oitenta e sete centavos).

Da Dotação: Unidade Orçamentária: 27524 - Fundo Estadual de Saúde Unidade Gestora: 510524 - Fundo Estadual de Saúde Programa de Trabalho: 10.302.0205.3490 - Construção de Unidades de Saúde Plano Orçamentário: 0556 - Construção do Hospital Metropolitano do Agreste Fonte: 0100 - Recursos Ordinários, Elemento de Despesa: 44.90.51, Obras e Instalações Grupo: 91.

Do Prazo: O prazo de vigência é de 35 (trinta e cinco) meses consecutivos e ininterruptos, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado; O prazo de execução dos serviços é de 21 (vinte um) meses consecutivos, contados do recebimento da Ordem Inicial de Serviço.

Da Data: 27.01.2022

Dos Signatários: Cláudio Alexandre Ayres da Costa - CPF: 010.449.924-92
Virgílio Vilar Brasileiro - CPF: 379.797.954-15,

* AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: DOE/AL de 29.12.2021

Inimigo da Educação BOLSONARO ATACA A EDUCAÇÃO!

O Governo Bolsonaro iniciou o novo ano com pesados ataques contra a área (e seus profissionais). Ao sancionar o Orçamento 2022, Jair Bolsonaro **CORTOU R\$ 3,2 bilhões, atingindo em cheio a Educação** (e outras áreas como Previdência, Saúde, Infraestrutura etc). Mas a coisa não para aqui...

Em outro ataque, o Ministério da Educação (MEC) posicionou-se **contra o reajuste do piso salarial de professores/as** da educação pública básica, defendendo novamente um **reajuste de 0%, em 2022** (como ocorreu 2021). Mas teve que recuar!

Educação, o "alvo"

Cortes: a 2ª maior redução orçamentária foi feita no Ministério da Educação: cerca de **R\$ 740 milhões!!!** O corte atingiu em cheio, por ex., o Programa "Educação Básica de Qualidade" (redução de **R\$ 400 milhões**).

Ataque ao piso: em relação ao ataque à Lei do Piso do Magistério, o Governo Federal teve que retroceder com a pressão realizada pela CNTE e sindicatos filiados. Na 4ª feira (26/01), Bolsonaro determinou que o MEC conceda **reajuste máximo** para o **piso salarial**, conforme estabelece a Lei Nº 11.739, **elevando** o valor mínimo dos vencimentos de R\$ 2.886,24 para **R\$ 3.845,34**, ou seja, um **reajuste de 33,23%**.

Resistência e luta!

A CNTE e sindicatos filiados (dentre eles, o Sinteal) continuam **vigilantes e na luta**.

Piso de 33,23%. Já! - Conquistada esta primeira vitória, vamos manter a **mobilização pelo cumprimento da Lei do Piso**, com o pagamento de **33,23% de reajuste**, e seguir **pressionando** prefeitos/as, governadores/as e o governo federal para fazer **valer a lei**.

Cortes no Orçamento Federal: Esta luta é de todo o povo brasileiro, nos sindicatos, nas ruas e em todas as regiões do Brasil. Cortes orçamentários **comprometem seriamente** as políticas públicas essenciais ao país e à população!

